



37

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

**1ª CÂMARA CRIMINAL**

**HABEAS CORPUS Nº 0336546-0**

**AUTORIDADE COATORA:** VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE PETROLINA/PE

**IMPETRANTE:** BENJAMIN GUALTER DE SEQUEIRA OLIVEIRA FILHO

**PACIENTE:** EDSON RAMON CAVALCANTE BEZERRA

**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

**PROCURADORA:** DRA. ANDRÉA KARLA MARANHÃO CONDÉ FREIRE

**EMENTA:** HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DECISÃO FUNDADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E NA NECESSIDADE DO RESGUARDO DA INTEGRIDADE FÍSICA DAS VÍTIMAS. PERICULOSIDADE DO RÉU. VIOLÊNCIA NA PRÁTICA DO CRIME. SÚMULA 86 DO TJPE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL AUSENTE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos *habeas corpus* de n.º **0336446-0** em que figuram como partes as acima referidas, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão nesta data, **por unanimidade, EM DENEGAR A ORDEM**, tudo conforme consta do relatório e do voto digitado anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 16 de Junho de 2014.

**Des. Odilon de Oliveira Neto**  
**Relator**



38

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

**1ª CÂMARA CRIMINAL**

**HABEAS CORPUS Nº 0336546-0**

**AUTORIDADE COATORA:** VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE PETROLINA/PE

**IMPETRANTE:** BENJAMIN GUALTER DE SEQUEIRA OLIVEIRA FILHO

**PACIENTE:** EDSON RAMON CAVALCANTE BEZERRA

**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

**PROCURADORA:** DRA. ANDRÉA KARLA MARANHÃO CONDÉ FREIRE

**RELATÓRIO**

Cuida-se de **Habeas Corpus** interposto por BENJAMIN GUALTIER DE SIQUEIRA OLIVEIRA FILHO em favor de EDSON RAMON CAVALCANTE BEZERRA denunciado como infrator do art. 121, § 2º, incisos II e IV, c/c art. 14, ambos do Código Penal, nos autos do Proc. nº 0013142-77.2013.8.17.1130, em trâmite perante o Juízo da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Petrolina/PE, aduzindo constrangimento ilegal por inexistir qualquer motivo que fundamente o decreto preventivo.

A inicial aduz constrangimento ilegal por inexistência de razões para manutenção da custódia preventiva, vez que o Paciente ostenta atributos pessoais favoráveis à liberdade provisória; bem assim, que se apresentou voluntariamente e que não representa qualquer ameaça à ordem pública.

Sustenta que a fundamentação do decreto preventivo foi genérica, pois que pautado na mera declaração de que se o Réu estivesse solto, iria colocar em risco à vida das vítimas.

Às fls. 25, foram requisitadas informações ao Juízo.

Por meio do e-mail acostado às fls. 28/2-v, foram prestadas informações detalhadas acerca da marcha do feito, justificando os motivos pelos quais manteve o Paciente segregado.



39

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

A Procuradoria de Justiça, por meio da manifestação de fls.  
32/33, **opinou pela denegação da ordem.**

É o relatório.

Recife, 1º de Junho de 2014.

**Des. Odilon de Oliveira Neto**  
**Relator**



20

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

**1ª CÂMARA CRIMINAL**

**HABEAS CORPUS Nº 0336546-0**

**AUTORIDADE COATORA:** VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE PETROLINA/PE

**IMPETRANTE:** BENJAMIN GUALTER DE SEQUEIRA OLIVEIRA FILHO

**PACIENTE:** EDSON RAMON CAVALCANTE BEZERRA

**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

**PROCURADORA:** DRA. ANDRÉA KARLA MARANHÃO CONDÉ FREIRE

**VOTO**

O presente *Habeas Corpus* tem por objetivo desconstituir a custódia cautelar imposta ao Paciente, sob alegação de constrangimento ilegal por ausência de fundamentos para o decreto preventivo.

A inicial alega que não se encontram presentes os fundamentos para o decreto preventivo.

Segundo informações do Juízo (fls. 28/28-v), o Paciente foi preso por força da decisão que, **atendendo à representação da Autoridade Policial que presidiu ao inquérito**, decretou a prisão preventiva em **30/10/2013**, sob o argumento de que o crime **perturbou a paz social da localidade** e com a finalidade de impedir novas práticas delitivas.

A denúncia foi recebida no dia **25/11/2013**, tendo o feito seguido o seu curso regular.

Segundo relata o processo, o Paciente no dia 28/10/2013, por volta das 19h30min, na Rua 09, Jardim Amazonas, Petrolina/PE, efetuou disparos de arma de fogo contra Jéssica Karine da Silva Souza e João Paulo Figueiredo de Melo Rodrigues, causando-lhes as lesões demonstradas nos laudos periciais, não conseguindo consumir o delito por circunstâncias alheias à vontade do acusado.

Ainda segundo as informações abstraída dos autos, na audiência de instrução e julgamento, o Juízo de 1º Grau relata que as vítimas, com medo,



45

## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

solicitaram a retirada do Acusado da sala de audiências para deporem, numa clara atitude de medo.

A Procuradoria, em seu parecer, aponta que o Magistrado segregou cautelarmente o Paciente visando assegurar a integridade física das vítimas, pois que o delito fora praticado contra sua ex-namorada e o atual namorado desta.

O *modus operandi* do Paciente, como ressalta a Procuradoria, chama a atenção, pois que não ofereceu qualquer margem de defesa para as vítimas, iniciando os disparos sem atentar para os demais transeuntes *da* via.

Por tais motivos, entendo que não merece prosperar as alegações do acusado.

De fato, analisando-se os fundamentos para o decreto preventivo, observa-se, quanto ao *periculum libertatis*, que este se mostra perfeitamente caracterizado, uma vez que o paciente, consoante fundamentação do Juízo, possui comportamento violento, já que realizou disparos de arma de fogo contra as vítimas sem qualquer cuidado com relação aos demais cidadãos que ali estavam, além do que se faz necessário o resguardo da integridade física das vítimas.

Por tais circunstâncias, considerando a extrema violência com que foi praticado o crime no presente caso, fica caracterizada a ameaça contra a ordem pública.

A jurisprudência, neste sentido, tem entendimento que a periculosidade concreta do recorrente, extraída da extrema violência praticada contra a vítima, é suficiente para fundamentar o resguardo da ordem pública (Cf. STJ, RHC 34823/RS, RHC 34823/RS).

Quanto ao *fumus comissi delicti*, este resta demonstrado, haja vista as provas testemunhais que comprovam a autoria do crime.



42

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Logo, não há o que se falar em ausência de fundamentos no decreto preventivo, tendo o magistrado *a quo* justificado com precisão as causas para o decreto prisional cautelar.

Neste sentido, já decidiu a presente Corte:

EMENTA: HABEAS CORPUS. PORTE ILEGAL DE ARMAS DE FOGO. PRISÃO EM FLAGRANTE. LIBERDADE INDEFERIDA. DECISÃO FUNDADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE DO RÉU. MOTIVAÇÃO IDÔNEA E SUFICIENTE. ATRIBUTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. SÚMULA 86, TJPE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL AUSENTE.

1. Não se pode tomar como desarrazoada e desprovida de esteio a decisão que indefere a soltura, com base na periculosidade, de réu autuado em flagrante com outro comparsa portando ambos arma de fogo municada.

3. Verificada a necessidade e pertinência da prisão flagrancial, inadmissível a concessão da liberdade provisória, mormente que não foram trazidos elementos idôneos para deconstituir a prisão.

4. Assente o entendimento jurisprudencial de que atributos como a primariedade e bons antecedentes, de per si, são insuficientes para ilidir a prisão cautelar, quando presentes os motivos e pressupostos do art. 312 do CPP, a teor da Súmula 86 do TJPE.

5. Ordem denegada. Decisão unânime. (TJPE. HC 261.566-9. Relator Substituto: Antônio Francisco Cintra. Publicado no DJE 18/01/2012)

Além do mais, há que se aplicar a Súmula 86, deste Tribunal, assim redigida: "*As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva*".

Pelo exposto, **em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, voto pela denegação da ordem.**

Recife, 16 de Junho de 2014.

**Des. Odilon de Oliveira Neto**  
**Relator**